DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

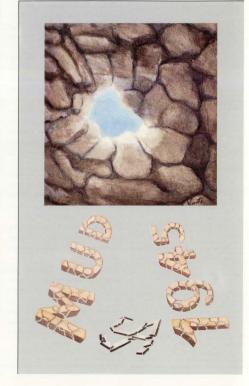
N.º 41 / OUTUBRO A DEZEMBRO 95 / ANO 9

EDITORIAL

TER MEMÓRIA

No passado dia 28 de Outubro, no Centro Republicano Cándido dos Reis, em Lisboa, teve lugar uma cerimónia que não deve deixar-se passar em claro. Comemorou-se o 50.º aniversário do MUD, Movimento de Unidade Democrática, que constituiu um dos mais significativos movimentos de oposição à ditadura salazarista. Presentes, e tendo usado da palavra, estiveram o presidente da República Mário Soares, que fora dirigente do MUD Juvenil, e dois antigos dirigentes do MUD, Gustavo Soromenho e Tito de Morais.

O 25 de Abril é também, em grande parte, produto tardio do MUD e a Associação 25 de Abril orgulha-se de contar, entre os seus associados, com alguns democratas que foram militantes destacados do MUD e, em maior número, muitos activistas do MUD Juvenil. Mesmo alguns militares, sócios fundadores da A25A, daqueles que desde a sua juventude sempre foram atraídos pelos valores da liberdade e da democracia, tinham, enquanto estudantes ou mesmo já jovens militares, sido



SUMÁRIO

Editorial	1/2
Opinião	3/8
Ler, Ver e Ouvir	9/11
Recordar a nossa História	12/13
Vida Associativa	. 14
Desporto e Recreio	15
Sede e Assembleia Geral	16

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE Associação 25 de Abril Rua Luís de Camões, 47 2795 Linda-a-Velha

DIRECCÃO Pedro Pezaras Correia

IMPRESSÃO-Tip. Escola ADFA Rua Artilharia Um Telef 395 35 01 1000 LISBOA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

4500 exemplares

TIRAGEM:

ENDERECOS-Associação 25 de Abril Rua Luís de Camões, 47 • Tel. 4198105 • Fax 4198130 2795 Linda, a, Velha DELEGAÇÃO DO NORTE

4012 PORTO DELEGAÇÃO DO CENTRO Apartado 3041 3000 COIMBRA

DELEGAÇÃO DO CANADÁ 153 Hamilton St Toronto - Ontario - M4M 2C9 NÚCLEO DO ALENTEJO

Rua Bernardo Santareno, nº 2 NÚCLEO DO ALGARVE

Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º 8000 FARO NÚCLEO DE CASTELO BRANCO Bairro Buenos Aires, 47

Depósito Legal N.º 32998/89

EDITORIAL

(continuação da não. 1)

influenciados pela aragem da liberdade que a agitação do MUD fez soprar pelo país.

O MUD surgiu numa época, o fim da guerra 1939-45 que, com a vitória dos aliados contra o eixo nazi-fascista, parecia favorável ao seu projecto libertador. Os ventos da liberdade. porém, não conseguiram vencer a barreira dos Pirinéus e as potências ocidentais resolveram contemporizar com a tirania salazarista, sacrificando a solida-riedade com o povo português às vantagens de uma base nos Acores, ajudando o Estado Novo a sair do isolamento internacional que a sua vocação e prática fascista teriam justificado.

A democratização de Portugal teve ainda de aguardar três décadas e as "eleições" que se seguiram à guerra seriam o início das farsas eleitorais que se prolongariam até ao 25 de Abril.

O regime, que através de uma cilada traicoeira, teve acesso às listas de aderentes do MUD, desencadeou uma repressão política feroz, traduzida não apenas em prisões, mas ainda em demissões e exonerações, que atingiram os níveis mais elevados dos quadros intelectuais, técnicos, militares.

O MUD tinha constituído um movimento unitário, que juntara vários sectores da oposição toda ela na clandestinidade, desde os republicanos tradicionais aos comunistas. Mas a perseguição a que foi sujeito o MUD e a sua posterior

liquidação, vibrou um profundo golpe no movimento oposicionista, de que só viria a recuperar com a campanha eleitoral de Humberto Delgado, 13 anos depois. Apesar das divisões iniciais no apoio a dois candidatos nessas "eleicões" de 1958, a oposição viria a reunir-se com a desistência de Arlindo Vicente em favor de Humberto Delgado, fazendo ressurgir o espírito unitário de que o MUD deixara algumas sementes.

A geração de Abril lamenta-se por vezes que a juventude de hoje já não cultiva a memória do 25 de Abril. A verdade é que também a juventude de 1974 pouco cultivava a memória das lutas do MUD. As condições eram. certamente, diferentes, O 25 de Abril foi vitorioso e os jovens de hoje podem pensá-lo, criticá-lo ou louvá-lo, em liberdade. O MUD foi vencido e os jovens de 1974 estava-lhes vedado o conhecimento e a reflexão sobre esse passado.

É chegada a altura de afirmarmos aos nossos antecessores da luta pela liberdade, que estamos solidários com aqueles que, em 28 de outubro de 1995, foram ao Centro Republicano Cândido dos Reis prestar homenagem aos que, há 50 anos, deram um dos maiores contributos para a queda da ditadura.

É bom que o 25 de Abril tenha memória. Para que também possa reivindicar o direito de não ser esquecido.

PEDRO PEZARAT CORREIA

Aguarela do habitual colaborador de "O Referencial", Luis Vicente da Silva

REPONDO A VERDADE

O 25 DE ABRIL E A FRAGATA "ALMIRANTE GAGO COUTINHO"

1) - INTRODUÇÃO

Em 24 de Abril de 1995, logo após o "Telejornal", transmitiu o Canal 1 res breves apontamentos sob o título genérico "Coisas que não Deviam ter Acontecido" apresentando, para o efeito, depoimentos de Capítes de Abril sobre acontecimentos não previstos ocorridos durante a Revolucia dos Cravos.

O primeiro a intervir foi o Vasco Lourenço que, embora nesse dia de há vinte e um anos estivesse ainda nos Açores, referiu os chamados "grupos de comandos", cuja missão era aprisionar os comandantes das diversas unidades militares quando eles saíssem de casa para se dirigirem aos seus quarteis, missão essa que redundou num generalizado fracasso cujas razões não interessa agora analisar.

Seguiu-se o Zé Sanches Osório, focando a surpresa causada pelo refúgio de Marcello Caetano e do governo no quartel do Carmo quando era de todos sabido que, em caso de emergência, estava oficialmente prevista pelo próorio regime a sua recolha a Monsanto.

Finalmente, e em excerto de uma entrevista anteriormente concedida, surgi eu em cena, tendo-me sido posto o velho problema da fragata no 25 de Abril.

Limitei-me a transmitir a versão que, há alguns anoc não sei já por quem, me fora apresentada como correspondendo à realidade dos factos: O comandante dera ordem para fazer fogo sobre as tropas do Salgueiro Maia, o oficial de tiro e o imediato haviam recusado a obediência à ordem e o comandante acabara nor ser presso.

Porém, como sempre sentira haver qualquer coisa estranha na versão oficiosa que me fora dada, tive o cuidado de omitir o nome do comandante do navio em causa.

Este simples acontecimento levou-me à decisão inabalável de procurar descobrir a verdade, ideia que já algumas vezes me surgira verdade, ideia que já algumas vezes me surgira mes que acabava sempre por ser adiada. Assim, este escrito é o resultado de algums meses de pequisa, de consulta, e de audição de vários oficiais da Armada (entre os quais o próprio comandante em causa) com que me fui un entretendo e que alterou por completo a ideia que anteriormente possula sobre o assumo.

Portanto será a minha verdade e desejo que fique bem claro, desde já, que me recuso terminantemente a discuti-la com quem quer que seja

Admito que, para algumas pessoas, esta vordade não seja considerada como tal. Admito-omas recuso-me frontalmente a discutir o assunto. Não vale a pena envolver-me em questões que, pelo menos para mim, são destituídas de qualquer interesse por as considerar já encerradas.

Há uns meses fui publicamente acusado de extremista e também publicamente es insinuou que estava afectado por deença. Não houve um único elemento da Associação que pessese em casoa esse extremismo ou essa alegada insanidade, nem mesmo através de um simples telefonema pessoal. Daí poder concluir-se er eventualmente correcta a perspectiva que de mim foi dada e que, igualmente, em cencuso a discutir. Por isso entendo assistir me o direito de formular uma opinião controversa.

Não me preocupam interesses pessoais ou de grupo. Não quero exaltar nem achincalhar ninguém. Apenas pretendo que o leitor medite sobre o teor deste artigo e conclua livremente se tenho razão ou se tudo o que a seguir apresento não passa de fantaciós.

O juízo é vosso e a minha conclusão já existe e, segundo creio, devidamente baseada em factos concretos. Não me preocupam interesses pessoais ou de grupo. Não quero exaltar nem achincalhar ninguém. Apenas pretendo que o leitor medite sobre o teor deste artigo e conclua livremente se tenho razão ou se tudo o que a seguir apresento não passa de fantasia. No entanto o Movimento das Forças Armadas nunca foi alertado para a presença em Lisboa de navios estrangeiros, eventualmente passíveis de passar desapercebidos, nem para a possibilidade de ocorrer qualquer atitude de oposição por parte desses navios, actuando conjuntamente sob as ordens da NATO.

Isto é: Ingénua e calmamente preparou-se tudo para a Revolução sem

nunca haver sido encarada uma eventual intervenção naval estrangeira. As nossas informações navais nunca deram o mínimo alerta sobre a complexidade da situação que se iria viver. Porqué? Com a responsabilidade de quem?

Para mim continua a ser um mistério! g) Iniciando-se no dia 25 as manobras daquela Força Naval, tudo estava programado pormenorizadamente, à boa maneira americana.

Há muito se encontravam definidas as horas a que a fragata "Almirante Gago Coutinho" largaria da Base Naval do Alfeite, assumiria o comando de um grupo de quatro navios de várias nacionalidades e se dirigiria para o alto mar.

Mas, uma vez mais, não houve a menor chamada de atenção, por parte das nossas informações navais, para o único navio português que se iria movimentar na zona nem para a eventualidade de um seu comportamento desfavorável.

Na ordem de operações elaborada pelo Otelo não consta qualquer referência naval, tratando-se de um documento exclusivamente terrestre. Nunca ninguém ouviu falar em qualquer fragata. Estranho, não acham?

Daí a nossa surpresa e a nossa preocupação quando, pelas 07H40m, nos surge, frente ao Terreiro do Paço, uma fragata cuja existência e eventual presença desconheciamos totalmente.

Ora se, no ámbito da NATO, toda a actuação da "Almirante Gago Coutinho" se encontrava programada pormenorizadamente, qual a razão por que nunca fomos alertados para o seu eventual aparecimento por forma a possibilitar uma prévia definição da atitude a tomar se viesse a ocorrer qualquer interferência no desenrolar das nossas operações? Para mim continua a ser uma tremenda falha, misteriosa e injustificada, qui inocência levanta dividas que não me cabe nem quero analisar.

2) - AFIRMAÇÕES E INTERROGAÇÕES

Antes de entrar na apresentação concreta da minha verdade, considero oportuno recordar alguns pontos e formular algumas interrogações. Quer uns quer outros levantam questões a que não respondo, deixando essa tarefa ao livre critério do leitor

Assim, temos:

- a) O 25 de Abril foi um movimento de base, com organização e actuação fundamentalmente do Exército, ao qual se poderá atribuir 99% da responsabilidade dos acontecimentos desse dia.
- b) A intervenção da Força Aérea foi nula, refugiando-se numa prudente e sábia apatia que garantia uma eventual salvaguarda qualquer que fosse o resultado da Revolução.
- c) Apenas em 13 de Março de 1974, em reunião efectuada no Clube Militar Naval, alguns oficiais da Armada assumem para com o Movimento das Forças Armadas um compromisso de "neutralidade activa" cujo significado creio nunca ter sido devidamente clarificado. d) A intervencão directa da Armada no 25 de
- o) A intervenção durecta da Arimana no 25 de Abril foi praticamente mula. Dignas de referência e mercedoras de devido e justo mérito apenas as presenças de Victor Crespo no Posto de Comando, na Pontinha, e de Almada Contreiras no Centro de Comunicações do Ministério da Marinha. Depois, já ao fim do dia, surgem fuzileiros na R. António Maria Cardoso, no cerco às instalações da PIDE/DGS;
- e) Mas essa actuação dos fuzileiros não fará esquecer que, durante o dia 25 e quando foi solicitada a sua presença em algumas situações de maior complexidade, sempre as mais diversas objecções e recusas foram levantadas por parte do capitão-de-mar e guerra Pinheiro de Azevedo, comandante do Corpo de Fuzileiros do Continente e membro já escolhido da 1.º Junta de Salvação Nacional.

f) Do ponto de vista naval, o dia 25 de Abril de 1974 apresentou particular importância devido à presença de numerosa força naval da NATO, (de que fazia parte a força internacional STANAFORLANT) que, após o habitual período de visita dos navios estrangeiros nela integrados, iniciou, precisamente nesse dia, uma série de exercícios.

3) - O COMANDANTE

O comandante da fragata "Almirante Gago Coutinho" era, em 25 de Abril de 1974, o capitão-de- fragata António Seixas Louçã.

Tratava-se de um prestigiado oficial da Armada, merecedor de "uma grande consideração pelas suas qualidades como homem, como marinheiro e como militar". (Continuação da página anterior)

afirma em depoimento escrito o almirante Rosa Coutinho. Nesse mesmo depoimento este mesmo almirante refere a "muita consideração e amizade" do almirante Pinheiro de Azevedo pelo comandante Lougé a termina lamentando que, ao pedir a passagem à reserva em Maio de 1974, "desgostoso com o ambiente que lhe fora criado e sentindo-se ofendido na sua dignidade", o capitão-de-fragata Lougá tenha interrompido "uma brithante carreira de militar e de marinheiro".

Parece-me, também, significativo e esclarecedo o gaginie trecho do almirante Rosa esclarecedo o almirante Rosa esclarecedo o almirante Rosa objecto das mesmas solicitações, como teria objecto das mesmas solicitações, como teria reagido? De que informações poderia ter disposto para tomar a gravissima decisão de figorar ou desobedecer às ordens e instruções que the foram transmitidas pela cadeia interárquica de comando? Em vertadeira consciência não tenho resposta. Mas lamento sinceramente a infelicidade das circunstâncias que levaram o comadante Lougă a ser tomado como bode expiatório perante certa opinião pública e militar."

Pode, portanto, concluir-se que profissionalmente nada havia a apontar ao comandante da fragata, considerada sinda "um óptimo comandante, rigoroso e exigente para com os outros e para consigo próprio, respeitado por toda a guarnição e mantendo o navio num alto nível de disciplina e eficiência", como refere o almirante Rosa Coutinho.

Mas, além de tudo isto, o comandante Louçã "politicamente era um democrata e republicamo da velha guarda, nada afecto ao regime do Estado Novo e com excelentes relações com os democratas más velhos". Isto é ainda afirmação do almirante Rosa Coutinho e eu próprio tive ocasião de compulsar diversa correspondência trocada com vultos destacados da oposição, nomeadamente Cunha Leal.

Face ao exposto, ocorre imediatamente perguntar: Quem tramou Seixas Louçã? Como foi possível perder-se um oficial que, por certo, estaria plenamente com o 25 de Abril? Por que foi o comandante Louçã mantido na ignorância total do que se iria passar;

Em relação a esta última questão, algo é possível esclarecer:

Quatro ou cinco dias antes do 25 de Abril, o entilo capitão-de-fragata Rosa Coutinho foi posto ao corrente da situação prevista e convidado a integrar a Junta de Salvação Nacional. Mas, tendo considerado estrictamente secretas as informações que lhe foram transmitidas, delas não falou a nineúem.

Por outro lado todos os oficiais da fragata, inclusido o imediato, eram estremamente jovess não tendo atingido ainda os 30 anos, enquanto o comandante Louçã andava já pelos 50. Esta diferença de idades dificultava grandemente qualquer contacto para abordagem do assunto "revolução", o que era agravado pelo relativo distanciamento em relação aos seus oficiais, pelo espírito rigoroso, exigente e disciplinado que eram atributos do capilido-de-frasta Louçã.

Não admirará, por isso, que os oficiais da "Gago Coutinho" não tivessem previamente testado ou mesmo aliciado o seu comandante. Aliás, como mais tarde se veio a verificar, esses oficiais pouco ou nada sabiam do Movimento. Caberá, então, interrogar qual a razão por que outro qualquer oficial mais velho e conhecedor da situação não estabelecera prévio contacto com o comandante Louçã. Eis mais uma pergunta para a qual não tenho resposta. Talvez ela esteja na consciência aparentemente tranquila de alguém.

4) - OS ACONTECIMENTOS

No dia 25 de Abril de 1974, sob o comando do capitão-de-fragata António Seixas Louçã, a fragata "Almirante Gago Coutinho" larga da Base Naval do Afeite pelas O'Holo e inicia o seu percurso previamente delineado que, obviamente, noi facultava o abservação muito cuidada da margem norte. Pelas O'H25m assume o comando de um grupo de quatro navios de várias nacionalidades, navegando todos em conjunto rumo ao estuário do rio.

tanda decedidado do na passar sob a ponte, As 07H3/00 na passar sob a ponte, surpreendentemente e através do intercomunicado? Esta de comandante tanga de tanga de la comandante tanga de de la comandante de la comandante Malheiro Garcia transmitir-lho octom (que iria ser depois confirmada verbalmente pelo Almirante Jaime Lopes, viec-chefe do Estado Maior da Armada) para abundonar a formação e se direit mare deforma de Tereiro de Paso.

Referiu-se como surpreendente a utilização do intercomunicador VHF. Na verdade o VHF da ponte de um navio ê normalmente utilizado para serviço portuário, comunicação com os pilotos, navios mercantes de passagem, etc. Nunca seria previsível a sua utilização pelo Estado Maior da Armada

O comandante Louçã obedece. Até então estivera subordinado a dois comandos sobrepostos: O comando operacional, da Força Naval Internacional em manobras, e o comando completo nacional do Comando Naval do Continente, por sua vez directamente subordinado ao chefe do Estado Maior da Armada. Mas o comando completo tem dominância sobre qualquer outro tipo de comando, pelo que a obediência era lógica e inevitável.

Por isso o comandante Louçã comunica aos navios estrangeiros que os vai abandonar e dirige-se para o Terreiro do Paço. Só com a aproximação ao Terreiro do Paço (onde a fragata chega as 0714/d0m) e possive à guarnição do navio distinguir na praça os soldados e os tanques, bem como apreciável mimero de civis.

Entretanto o almirante Jaime Lopes confirma verbalmente as ordens: A fragata ocupará posição frente ao Terreiro do Paço, devendo fundear frente as forças revoltosas do Exército e preparar-se para abrir fogo.

Ó comandante Louçã não obedece à ordem de fundear, pois isão lhe retiraria a mobilidade, e põe objecções à eventual realização de fogo que poderia atingir cacilheiros cheios de passageiros e navios fundeados, e ainda os civis presentes no Terreiro do Paco e ruas adiacentes.

Desconhecendo por completo o que se passa e considerando não dever iniciar qualquer acção sem estar informado, não aceitando causar baixas sem saber em quem e porquê, o comandante Louçã manda colocar em elevação máxima e manter desguamecidas as duas peças binadas de

76 mm, eficazes contra alvos aéreos mas pouco adequadas ao tiro terrestre.

Nessa posição se mantiveram as peças durante todo o dia e, embora não existindo nenhum código oficial a tal respeito, é evidente que se procurou significar, desde logo, que o navio não faria fogo.

Enquanto aguarda que a situação se defina, a fragata começa a evoluir a alta velocidade no meio do intenso tráfego fluvial, procurando nessa mobilidade a possível protecção contra eventuais acções de fogo vindas de terra.

Logo após a chegada ao Terreiro do Pago, o imediato terá reunido, na câmara, com alguns oficiais e ter-se-á resolvido que o navio não faria fogo (por causa do compromisso de "neutralidade activa" para com o Movimento ou por razões humanitárias?). O imediato afrimou, mais tarde, que comunicou está decisão ao comandante e este negou que tal houvesse acontecido.

Entre as 08H30m e as 09H00m o comandante reune-se, na câmara dos oficiais, com alguns oficiais, centre os quais o imediato, e aborda as treb hipóteses a encara no caso de o navio ser alvo de ataque não provocado: Fuga, passividade e e reacção. Opta, como e natural e lógico, pela reacção embora intimamente não elimine a passividade se a movimentação do navio e as frequentes mudanças de rumo que estava já a efectuar fossem sufficientes para provocar a dissuasão dos eventuais agressores. Repudia firmemente a hipótese de fuga.

Perto das 11H00m o comandante Louçã recebe, em fonia e no canal 39, um aviso transmitido por um seu amigo e oficial do Estado Maior da Armada segundo o qual era preciso ter cuidado com alguns tanques que poderiam estar a preparar-se para fazer fogo sobre o navio, pelo que conviria afastar a fragata do Terreiro do Paro.

Perante esta eventualidade o comandante alerta o chefe do Serviço de Artilharia para a hipótese de, como aviso e acção dissuasora, serem feitos para o ar dois tiros de exercício (granada inerlo. E fi-do neste termos: "Vanos fazer dois tiritos para o ar", o que constitui realmente um aviso e nunca uma ordem de execução imediate.

O chefe do Serviço de Artilharia, talvez com base no acordado entre os oficiais de que não se faria fogo, respondeu timidamente que não podia. O ar do chefe do Serviço de Artilharia e do imediato, junto do qual ele se encontrava, levou o comandante. Louçã a perguntar se havia problemas na artilharia. Perante a resposta afirmativa o comandante (apercebendo-se da relutáncia geral em fazer fogo, mesmo que de exercício) disse apenas "entía ová ver isso e depois diga", o que revela também a sua falta de vontade de actua.

Tanto assim que cerca das 11H45m é respondido, à única comunicação directa feita para bordo pelo chefe do Estado Maior da Armada, que no navio havia problemas na artilharia sem especificar a natureza dos problemas.

É evidente que, no navio, ninguém, (comandante incluído) estava interessado em o ver envolvido em acções de fogo de iniciativa própria. Por outro lado, havendo a preocupação de não atingir alvos em terra, era necessário (mesmo para os tiros de exercício) conduzir o navio a uma posição determinada e o comandante teria então de confirmar essa posição e a ordem de fogo. Nada disto aconteceu nem seria possível confirmar a ordem de fogo pois nem fora dada ordem de preparação mas apenas lançado um alerta.

Pouco depois do que se acaba de narrar, o imediato foi chamado à cabine de T.S.F. para atender uma chamada em fonia na onda de escuda de Radiossinais - Alfeite. Recebe, então, ordem de um não identificado oficiela da marinha pertencente ao Movimento para que a fragata saia imediatamente a barra, com as peças em baixo, poise estava a ser seguido pela artilharia do Movimento, que apontava para o navio.

O imediato transmite esta ordem ao comandante. Mas fă-lo de forma deficiente, vaga, nervosa e confusa, (pelo menos segundo a opinião do capitão-de-fragata Louçã) sem fornecer a informação mais desejada pelo seu superior hierárquico (quem manda o quê e para quê).

Irritado com este ultimato de origem desconhecida ao qual se recusa a obedecer, amargurado pela continuada falta de informações que condiciona a sua actuação, tendo perdido a confinaça no seu subordinado, o comandante destitui o imediato e, indignado, increpa-o mesmo em frente do pessoul de quarto, numa forma violenta e censurável. Eram cerca das 11H45m.

O imediato acata pacificamente a destituição. Mas o primeiro oficial convidado para o substituir recusa o convite e o segundo abordado argumenta que "o pior já passara" e que "lhe parecia melhor continuar tudo como dantes".

A destituição acaba por ser anulada, na prática preservando-se, assim, a coesão da guarnição e aliviando o regime de forte tensão vivido até

Entretanto os problemas militares terrestres haviam sido resolvidos entre o Movimento e os seus opositores, pelo que a calma regressa à zona

A "Gago Coutinho" fundeia então e aguarda o desenrolar dos acontecimentos.

Pelas 14H00m, o comandante Louçã reune-se com os seus oficiais na câmar dos oficiais para definir posições, perante a incerteza da evolução da situação, não se demitindo das suas responsabilidade passadas e futuras pois a vau grande preocupação sempre fora a preservação e defesa do seu navio. Por isos perguntou individualmente a cada oficial se pensava que o navio não deveria fazer fogo ainda que só de exercício para o ar, mesmo que a sua actuação posterior pudesses vir a ser considerada insubordinação. Todos responderam aritmativamenta.

O comandante exortou, então, os presentes a serem coerentes e verdadeiros com a posição assumida já que ele iria proceder da mesma maneira quaisquer que fossem as circunstâncias.

5) - AVERIGUAÇÕES E ACUSAÇÕES

Como é lógico e natural, os acontecimentos a bordo da "Gago Coutinho" deram origem a averiguações.

O primeiro inquérito foi levantado pelo Comodoro Oliveira Neves, Comandante Naval

(mesmo para os tiros de exercício) conduzir o do Continente, por ordem do chefe do Estado navio a uma posição determinada e o Maior da Armada, almirante Pinheiro de consendante teria antia de confirmer sea posição.

Mas, segundo depoimento escrito do almirante Rosa Coutinho, "era um inquérito feito sobre o joelho, limitando-se à recolha de alguns depoimentos (nem todos, nem talvez os mais importantes), não esclarecado as contradições registadas nem apresentando análises e conclusões".

Muito provavelmente por isso, terá sido arquivado e o assunto só começa a ser devidamente analisado e aprofundado quando, ja em 1976, o almirante Santos e Silva inicia novo processo de inquérito requerido pelo comandante Louçã. E então as coisas vão-se esclarecendo a pouco e pouco.

Um dos pontos controversos era se e quando o imediato dera conhecimento ao comandante do compromisso de "neutralidade activa" assumido pela Armada em relação ao Movimento.

Segundo alguns, isso ocorrera quando chegaram defronte do Terreiro do Paço; segundo outros, logo após a largada do Alfeite.

outros, togo apos a largadas do Altette.

Afinal no auto todos os oficiais declararam
desconhecer por completo esse compromisso e o
próprio, imediato, em declarações prestadas em
27 de Abril de 1974 afirma: "Não tive qualquer
conversa com o comandante sobre o Movimento,
os seus chefes ou programa nem antes nem
durante todo o dia 25. até ao momento da "ordem
de abrir fogo - dois tiros para o ar com as
municôs de exercício".

Fica, assim, perfeitamente claro que o comandante Louçã, para além de boatos que circulassem, desconhecia completamente o Movimento e o compromisso de "neutralidade

Daí a sua angústia durante o dia 25, sem saber o que se passava, quem comandava as forças revoltosas e o que pretendiam estas.

E, não tendo conseguido ser esclarecido desenvolar dos acontecimentos, essa ignorância fê-lo centrar todas as preocupações e todos os esforços na preservação do seu navio, procurando manter uma delicada posição de neutralidade.

No que respeita ao conhecimento, a bordo, da Revolução de 25 de Abril, no auto de averiguações levantado pelo almirante Santos e Silva. 6 dos 9 oficiais da

guarnição declararam desconhecer o que se passava (fls. 101-121-145 verso - 156 verso - 177 verso e 188 verso).

A mais grave acusação feita ao comandante Louçã era (e, para alguns, lamentavelmente ainda (...) a de que mandara fazer fogo sobre as tropas localizadas no Terreiro do Paço, o que teria sido evitado pela intervenção dos seus oficiais.

Ora a verdade é que nunca houve qualquer ordem de execução de

fogo. Conforme se relatou já, após ser desviada para o Terreiro do Paço a fragata recebeu ordem de preparação de fogo vinda do Estado Maior da Armada a que o comandante Louçã levantou objecções, como já se viu. E após essa ordem de preparação não foi transmitida qualquer ordem de execução. Aliás no único registo de comunicações ainda existente em 1976 (data do auto) e pertencente a um dragaminas encontra-se registada a ordem de "preparação de fogo" já referida mas nenhuma "ordem de execução de fogo".

Todos estes factos e declarações oficiais constantes das folhas 131 e 252 verso do auto de averiguações levamado pelo almirante Santos e Silva levam-no a concluir que não só o comandante Louçã levantou objecções à ordem de "preparação de fogo" que lhe foi comunicada (folhas 255 verso) mas também que nunca foi transmitida qualquer ordem de "execução de fogo" (folhas 252 verso).

Era esta, sem dúvida, a mais grave acusação feita ao comandante que assim fica completamente ilibado.

Quanto aos tiros de exercício para o ar (hipótese que, como se viu, chegou a ser encarada) o almirante Santos e Silva considera, nas suas conclusões, tratar-se (quando muito) de uma ordem de preparação e não de execução (folhas 239 verso) não se tendo conseguido provar que o comandante já tinha sido ou, em qualquer outra altura, vieses a ser informado pelo imediato da decisão dos oficiais de não fazer, fogo (folhas 24) verso, 244 e 252 verso).

Importa, ainda, realçar que "o comandante manteve sempre o domínio da guarnição, mesmo depois de não haver sido dado seguimento à sua ordem de fogo para o ar" conforme afirma o almirante Santos e Silva a folhas 258 do auto.

A terminar registe-se que, nas conclusões do auto de averiguações, o almirante Santos e Silva declara a folhas 257: "Das acções do comandante (...) poderá concluir-se que o seu procedimento foi o mais adequado perante os acontecimentos que se iam desenrolando em terra e de que apenas ia tendo um conhecimento parcial (...)".

6) - CONCLUSÕES

um infernal imbrinçado de

situações tenha levado à perda

de um excelente oficial da

Armada (...) Afinal, e ao

contrário do que supus durante

tantos anos, não fomos

adversários mas estivemos

ambos do mesmo lado da

barricada: Ambos sonhámos

com a Liberdade!

Procurei, nesta longa crónica, transmitir a minha verdade sobre o caso da fragata "Almirante Gago Coutinho" no 25 de Abril. Creio que o fiz de forma suficientemente clara para cada um tirar as suas conclusões e, se possível, rever as suas perspectivas sobre o caso.

Pela minha parte lamento sinceramente que um infernal imbrincado de situações tenha levado à un lamento sinceramente que um excelente que un e

situações tenha levado à perda de um excelente oficial da Armada e que esta, ao longo de vinte e um anos, nunca tenha tentado recuperá-lo. Porquê? É mais uma pergunta que fica sem resposta.

Pessoalmente não posso nem quero deixar de apresentar as minhas desculpas sinceras ao comandante Louçã pelas declarações incorrectas e acusatórias que fiz no Canal 1. Afinal, e ao contrário do que supus

durante tantos anos, não fomos adversários mas estivemos ambos do mesmo lado da barricada: Ambos sonhámos com a Liberdade!

Nuno Fisher Lopes Pires

O 25 DE NOVEMBRO DE 1975



25 de Novembro de 1975. Para uns, o fim do 25 de Abril, para outros, o retoura a seas data mágica de História de Portugal, repondo o seu vertudeiro espírito democrático e libertador. Para uns, un golpe da direita feito de provocações à esquerda revolucionária, que é atrirada pela borda fora do processo revolucionário, para outros, uma tentativa de golpe dos esquerdistas, mais ou menos acompanhados pelos comunistas, a que se segue uma resposta firme e decidida das forças democráticas que repõem o comboio do 25 de Abril nos seus próprios cariris.

Vinte anos passados, continua a ser polémica a leitura que se faz daqueles tempos tão conturbados, tão controversos, mas tão ricos e produtivos.

Como um dos que neles se envolveram, um dos responsáveis por muitas das decisões entido assumidas, passados estes anos, confesso não me sentir arrependido de ter lutado pelos meus ideais, de ter contribuído para construir uma sociedade diferente. Apesar de alguns erros cometidos, apesar de muitas desilhaões que, de então para cá, tenho enfrentado, apesar de algunsas traições que então sofri e de que só mais tarde vim a tomar conhecimento, continuo a considerar que valeu a pena. Valeu a pena lutar por um país democrático, livre e aberto ao mundo e à modermidade. Um país onde o medo, a repressão, a guerra, o atrase o e a nalfalbetismo não estivessem permanentemente presentes nos eutros.

Nem tudo foi conseguido, nem todo o mal foi irradicado, não vivemos num país sem problemas, mas não tenho dúvidas de que vivemos muito melhor do que antes do 25 de Abril.

Recordemos, no entanto, a minha versão dos acontecimentos de há 20 anos e o meu envolvimento pessoal nos mesmos.

O Verão quente e o grupo dos 9

Passado o que podemos considerar o primeiro período do pós-25 de Abril, onde o MFA teve de fazer frente aos spinolistas (e a todos os reaccionários, que com eles se acobertaram), que tentaram inviabilizar o cumprimento do grande objectivo do 25 de Abril (libertação e democracia, attances de elegiós birres) viveus es nova fisce de luta para o MFA, agora tendo de enfrentar as forças (militares e civis) que, "empuradas e jusificadas" pelas anteriores attitudes dos spinolistas, retivindicavam uma solução revolucionária e popular, voltando a pôr em causa o tal objectivo que servina de bandeira a todo o MFA e fora a razão de ser do 25 de Abril. Agora já não através da realização de eleções livres, mas sim através da consumação dos seus resultados, com a aprovação da Constituição da República.

Depois de um Verão escaldante, que ficaria na história como o Verão quente, onde o último governo de Vasco Gonçalves fora substituído pelo de Pinheiro de Azevedo, depois da vitória dos moderados (ou grupo dos Nove) na "batalha" de Tancos e da subsequente alteração da correlação de forcas no Conselho da Revolução (CR), viveram-se tempos conturbados e nada pacíficos. O poder estava na rua, a indisciplina nos quartéis era generalizada, as polícias não tinham autoridade, o governo não se fazia obedecer, o caos aproximavase a nassos largos. A violência alastrava nelo naís. que começava a dividir-se em dois: enquanto no Sul e nomeadamente na Grande Lisboa o noder era "revolucionário", no Norte (acima do paralelo de Rio Maior, como se dizia) os assaltos às sedes dos partidos de esquerda alastravam a todo o vapor.

O VI Governo Provisório comeca a sua actividade defrontando-se de imediato com o assalto à Embaixada de Espanha e confronta-se de seguida com a tentativa que o PRP- BR, de Carlos Antunes e Isabel do Carmo, fazem para forçar Otelo a assumir o poder, aproveitando para isso a ausência do Presidente da Republica (PR), em visita oficial à Polónia e à União Soviética e, mais tarde com o cerco à Assembleia Constituinte, protagonizado pelos metalúrgicos da cintura industrial de Lisboa com o apoio do PCP e dos partidos esquerdistas. A situação era explosiva. O COPCON, comandado por Otelo (que acusava o CR de não ser revolucionário e ameaçava não participar mais nas suas reuniões) não aceitava a legalidade existente e gerava um autêntico vazio de poder.

Perante este cenário, adivinhava-se a ruptura, o confronto, a violência, a guerra civil. Ninguém ficava alheio; a neutralidade, o alheamento ou a abstenção não eram viáveis nem aceitáveis, era proibido ficar de fora.

Eu, que liderava o grupo dos Nove, defendia que a solução passava por nos mantermos, a todo o custo, no campo institucional. O que implicava a defesa das nossas posições nos órgãos institucionais, procurando garantir o apoio do PR. Por isso me opus, firme e deliberadamente, à hipótese que então se defendeu de retirada para o Norte, com as forças que nos apoiavam (Comandos da Amadora, Artilharia de Cascais, Infantaria de Mafra e Cavalaria de Santarém), permitindo, ou provocando, que se criasse a Comuna de Lisboa, que depois se procuraria reconquistar, como se ainda cá vivessem os mouros!... Recordo não me ter sido nada fácil impor a minha opinião, dado o número e a qualidade dos oficiais que defendiam a posição contrária. Recordo-me bem de duas situações quase trágicas, nesse aspecto. Uma, quando Melo Antunes, quase a socobrar, afirmava "pronto, convenceram-me, aceito a solução, mas

coloco uma última condição: o Vasco Lourenço também tem de aceitar" e eu reagia "não, não só não aceito, como veto essa solução. Estariamos a provocar a guerra civil e isso é inaceitável. Vamos ficar aqui, vamos defender as nossas posições e prepararmo-nos para reagir a qualquer tentativa de golpe, pois quem der o primeiro passo para a confrontação perde". Outra, quando, já na segunda quinzena de Novembro e na que foi a última reunião alargada do grupo dos Nove (cerca de 30 elementos, no Palácio das Laranjeiras) me atirei violentamente a Jaime Neves, que justificava a defesa da retirada para o Norte com o argumento de que "agora ainda consigo levar comigo 200 homens, daqui a oito dias não garanto nada, não sei quantos conseguirei manter". Não foi fácil enfrentar essas situações, mas considero ter valido a pena todo o

Cada uma das partes tinha a convicção de que. efectivamente, ninguém deveria dar o primeiro passo. Assistia-se ao aparecer contínuo de provocações, cada um tentando fazer "saltar" o outro. Foi assim que na comunicação social estatizada (o Diário de Notícias e o Século eram conhecidos, respectivamente, pelo Pravda e pelo Isvestzia) eram anunciadas com frequência tenebrosas conspirações dos Nove. Foi assim que o PR, com o apoio do Primeiro Ministro e a cobertura posterior do CR, utilizou o recém formado AMI para, na sua primeira e única accão, destruir à bomba os emissores da Rádio Renascenca, que continuava sob ocupação dos trabalhadores e a defender posições profundamente esquerdistas. Acção feita pelos pára-quedistas e que vem a ser determinante na sua evolução e os leva a, mais uma vez, avancarem fora de tempo e a ficarem do lado perdedor (atente-se no facto de os pára-quedistas não intervirem no 25 de Abril e de avançarem no 11 de Marco e no 25 de Novembro. Nunca do lado vitorioso, sempre do lado derrotado).

Foi ainda no jogo das provocações mútuas que se colocou a hipótese de a Assembleia Constituinte passar a reunir no Porto. Poventura pela primeira a única vez em todo o mundo, o governo decidiu entrar em greve (esta decisão surge por sugestã dos Nove, que convencem primeiro Mário Soares, no restaurante Chocalho, antes de a apresentar a Pinheiro de Azevedo).

A mudança no comando da Região Militar de Lisboa

É nesta fase, com enormes e aguerridas manifestações de apoio a ambos os lados, que os Nove avançam no CR com a proposta que viria a constituir o último empurrão, a ser a gota de água que fez transbordar o copo, a transformar-se na causa próxima do "passo em frente e em falso" dado pelos ditos revolucionários: a substituição de Otelo no Comando da Região Militar de Lisboa, por mim. A apresentação desta proposta não foi por mim aceite imediatamente, pois considerava que havia outros militares com mais experiência profissional, nomeadamente o Ramalho Eanes e o Loureiro dos Santos, que poderiam assumir aquele Comando. A atitude de todos, especificamente dos dois referidos, que consideraram que o único militar em condições de substituir o Otelo era eu, convenceu-me... Apresentada a proposta no CR. impus uma condição para aceitar: o Otelo, mesmo

OPINIÃO

7

discordando da decisão, terá que compreneter-se a papoid-a junto da papoid-a los papoid-a los puntos papoid-a los papoid-a papo

No dia seguinte, quando contacto Otelo, sou surpreendido – se é que alguma coisa, vinda dele, ainda me pudesse surpreender – com o meu amigo a dizer-me que "afinal, há alterações, vou ao PR comunicar-lhe que já não aceito, pois os meus homens não mo permitem, e gostaria que tu fosses comiso".

Fomos, Otelo, Pinto Soares, Marques Júnior, Silva Carvalho, 2.º comandante da RML, e eu. Muito naturalmente, Costa Gomes não gostou da situação e reagiu agressivamente. Ainda por cima, comigo a afirmar que "... como já se não verifica a condição por mim exigida, considero-me desvinculado do compromisso e exijo discutir novamente o assunto" (estavamos a 22 de Novembro). Calcule-se o estrondo que tudo isto provocava na comunicação social. Foi o tempo, mais uma vez, de declarações polémicas e contundentes. Recordo que, enquanto Otelo dizia à R.T.P. que era meu amigo, mas que eu não tinha condições nem capacidade para comandar a RML, enquanto uma série de comandantes de unidades desta região militar afirmavam não aceitar o meu comando e difundiam comunicados públicos a dizer isso precisamente, eu declarava que "... pouco me importa que os comandantes de algumas unidades da RML afirmem não me aceitar como comandante. A necessidade da minha nomeação surge devido à enorme indisciplina que grassa nessas unidades e eles sabem que, como os considero responsáveis por isso, uma das minhas primeiras decisões será demiti-los. Comigo a bagunca vai acabar, a bem ou a mal. Não permitirei irresponsabilidades nas minhas unidades."

Após dois dias de frequentes e longas reuniões e discussões, reuniu-se o CR, a 24 de Novembro. O PR começou por relatar os últimos acontecimentos e fazer o ponto de situação, avançando de seguida com a proposta da confirmação da minha nomeação para comandante da RML. Intervi, de imediato. declarando "... há três dias, quando discutiram a proposta da minha nomeação, coloquei uma condição imperativa. O Otelo aceitou-a e comprometeu-se com ela. Recordo que lhe salientei de forma bem vincada o compromisso que estava a assumir. Lamentavelmente, como eu temia, mudou de posição e aparece com argumentos falaciosos para justificar esta sua atitude inqualificável. Quero informar o Conselho da Revolução que, neste momento, retiro qualquer condição prévia à minha nomeação. Se decidirem mantê-la, aceitá-la-ei, com ou sem o apoio, com ou sem a oposição do Otelo. Para mim, neste momento, é igual". E, virando-me para o Otelo, aconselhei-o a não tentar nada para se opor à decisão que fosse tomada, pois lho não permitiria. A proposta de Costa Gomes foi aprovada sem grandes discussões, que já haviam tido lugar na reunião anterior.

O começo dos acontecimentos

Durante a reunião recebi, juntamente com o Pezarat Correia e em nome do CR, uma delegação da CAP que levantara barricadas em Rio Maior e apresentava uma série de reivindicações. Após alguma discussão, obtivemos deles o compromisso de levantamento das barricadas, com a promessa de termos em atencão aleumas das suas posições.

Pouco depois de terminada a reunião do CR, fomos surpreendidos pela informação de que os pára-quedistas haviam ocupado algumas Bases Aéreas e prendido alguns militares, nomeadamente o conselheiro da Revolução Pinho Freire.

Estavamos perante a situação que esperavamos e a que havia que reagir, de acordo com os nososos planos. Pressionámos Costa Gomes a assumir posições de resposta a que se a figurava uma tentativa de golpe de Estado, informando-o das condições estientes. Costa Gomes a ceria declarar o "estado de sítio" na área da RML e informa pessoalmente os comandantes das unidades do facto e de que, a partir desse momento, só receberiam ordens ou dele próprio ou do capitão Vasco Lourenço. Isto de acordo com a cadeia de comando que passava a funcionar a partir desse momento: Costa Gomes (PR.). Vasco Lourenço (Cmdt. RML). Ramalho Eanse Gadinno de VI.1.

Consciente de que a solução da situação, parecendo de natureza militar, teria de ser política, tomei uma decisao de que, apesar de tudo, me não arrependo. Com efeito, conhecendo bem a situação, sabia que a correlação de forças nos poderia ser altamente desvantajosa, bastando para tal que os Fuzileiros tomassem a posição dos revoltosos, atitude que era considerada como a mais plausível. Sabia, portanto, que apenas poderíamos sair vitoriosos se conseguíssemos a neutralidade dos Fuzileiros. Basta recordar que, enquanto os Comandos dispunham de duas/três companhias, o Corpo de Fuzileiros tinha doze companhias. qualquer delas de valor semelhante às dos Comandos. Por isso, considerei fundamental manter-me em Belém para aí conseguir essa tão desejada neutralidade. Tarefa bem difícil de conseguir, mas que se viria a obter com a intervenção junto de Martins Guerreiro e de Rosa Coutinho (muito trabalho me deram, mas com o apoio de outros e a acção determinante do PR. conseguimos o nosso intento).

Foi por isso que decidi e ordenei a Ramalho Eanes - nomeado meu adjunto porque fora responsável por, em ligação comigo, organizar o plano de operações para a reacção a qualquer tentativa de golpe (e que, nessa condição, acabara de apresentar a situação a Costa Gomes) - que avançasse para a Amadora e montasse no Batalhão de Comandos o nosso Posto de Comando Avançado, nomeando-o seu comandante interino, até eu para aí avançar, se tal se viesse a considerar útil. Combinámos que manteria contacto permanente comigo, que ficaria no Posto de Comando Principal, montado em Belém, fornecendo-me informação atempada e devendo colocar-me qualquer problema mais complicado para que eu pudesse decidir - contactando se necessário o PR. Na sequência desta decisão, dou pessoalmente a primeira ordem aos comandantes das unidades a quem Costa Gomes informara de que só recebiam ordens dele e de mim próprio; "a partir deste momento, passam também a receber ordens do tenente-coronel Ramalho Eanes".

O que de facto aconteceu

Não itei descrever, o espaço não mo permite, os pormenores dos diversos acontecimentos desses dias. Limitar-me-ei a recordar os que me paracem mais significativos, ou que mais me marcaram. Apresentarei também algumas opiniões pessoais que precisamente por isso e por serem de alguém que viveu intensamente todos os acontecimentos, poderão sobre de alguma parciálidade. Como, aliás, todo este relato. Confienos que seja capaz de a reduzir ao mínimo.

Tenho que realçar a extraordinária importância do papel desempenhado pelo PR. Conseguindo manter uma serenidade e um control da situação a toda a prova, a sua acção junto das forças políticas, nomeadamente junto do PCP, e das forças sindicais foi determinante para aiudar a resolver o problema.

Importância fundamental tiveram também a determinação e a boa condução das forças do lado dos Nove que, teoricamente em minoria, venceramno campo militar. Aí desempenhou papel fundamental quem, face à evolução dos acontecimentos, acabou por ser o principal comandante operacional, Ramalho Eanes. Destaco, nomeadamente, a sua não cedência às muitas pressões que os militares mais radicais sobre ele exerceram para o uso de meios aéreos, no bombardeamento a unidades que hesitavam em aceitar a ordens do PR. Situação que, pela sua gravidade, esteve na origem de uma intervenção que fiz no CR (que passara a reunir em permanência) e onde afirmei "... resolvido o problema à esquerda, a minha grande preocupação é agora a escalada da direita. Felizmente, conto com Eanes, em quem continuo a confiar...". Afirmação que esteve na origem de um telefonema do Eanes, a quem algum solícito informador a transmitiu deturpada. Eanes, magoado porque "eu afirmara não ter confiança nele", ameaçava tudo abandonar e ir para casa. Ainda me recordo dos berros que lhe dei ao telefone, perguntando-lhe se não me conhecia, para ver que lhe tinham contado a história ao contrário... Entretanto, intervindo na RTP, eu. Charais e Melo Antunes pedimos calma e ponderação e condenámos a caça às bruxas que já se fazia sentir (ainda hoje, a direita não perdoa a Melo Antunes a sua intervenção legitimadora do PCP).

As pressões que referi ficaram bem evidenciadas em afirmações públicas, como as de Jaime Neves, ... ainda não estou satisfeito...", mas tiveram outros afloramentos específicos. Para além da defesa de bombardeamentos a unidades militares. nomeadamente o RALIS e os PÁRAS em Tancos. recordo a ordem enviada do Posto de Comando da Amadora para a PSP de Lisboa, para a prisão de um grupo de oficiais. Porque era uma atitude arbitrária, uma lista fabricada sem qualquer justificação, é imediatamente por mim anulada, dando ordens específicas à PSP para só cumprir ordens dessas se assinadas por mim (o surgimento de listas deste tipo repetia, aliás, o que se passara no 11 de Março, que tivera também tratamento igual da minha parte). Tendo contactado Eanes, fui por ele informado de que tal acção lhe passara ao lado, pois fora feita sem o seu conhecimento, não sabia por quem.

A questão das prisões constitui uma das mais dolorosas que tive de enfrentar. Com efeito, vi-me obrigado a dar voz de prisão a alguns amigos, sendo o primeiro o Diniz de Almeida. Mandado por mim apresentar na PR, quis-me contar tudo o que se

(Continuação da página anterior)

passara, com a condição de eu não utilizar as suas informações. Situação que não aceitei mas que não impediu que ele me afirmasse que tinham sido traídos, ele e muitos outros, por Otelo. Situação pesarosa foi igualmente a que envolveu a ordem de prisão que tive de dar aos elementos do SDCI (serviço de informações) onde funcionara um dos postos de comando dos golpistas.

Mais complicada e dolorosa seria contudo a situação que envolveu a prisão dos três oficiais do Comando da Polícia Militar, Campos Andrada, Cuco Rosa e Mário Tomé. Situação dramática, que se seguiu à morte de três militares (dois Comandos e um da PM). Todo este episódio é, aliás, um dos que mais me custa recordar, quer pelas suas consequências quer porque só não o evitei por questão de dois ou três minutos. Com efeito, pressionado pelos radicais, Eanes informara-me da necessidade de impor a rendição ao RPM, tendo nós combinado definir as oito horas do dia 26, como limite para a rendição dessa unidade. Com cerca de dez horas pela frente, convenci-me que tinha tempo suficiente para levar à apresentação dos referidos oficiais em Belém e aceitei que, depois dessa hora, Eanes pudesse desencadear o ataque. Foi uma noite terrivel, que passei em grande parte ao telefone com Campos Andrada, dando-lhe ordens para ele se apresentar imediatamente em Belém, ao PR, com ele a dizer-me que tinha que fazer mais um plenário para ouvir o seu pessoal, com o tempo a passar, comigo a dizer-lhe que poderia ser muito grave este seu não cumprimento das ordens, que a situação se podia radicalizar, sem lhe poder falar no prazo definido. A certa altura, prometi-lhe inclusivamente que os não prenderia e os deixaria em liberdade. No entanto, por mais que com ele insistisse e lhe tentasse fazer ver a necessidade de uma decisão rápida, o mais que consegui obter como resposta é que estava a discutir essa hipótese em plenário na unidade. E seguia-se novo plenário, nova reunião, enfim, um ror de situações que impedia Campos Andrada de assumir uma decisão. Eu, ia olhando para o relógio, ia enfrentando outros problemas que urgia resolver, ja olhando para o relógio, continuava a pressionar o Campos Andrada. A determinada altura, este comunica-me que se iriam entregar de imediato. Olho para o relógio, são oito horas e três minutos e grito-lhe "espero que não seja tarde de mais". Tento ligar imediatamente para Eanes, o telefone está impedido, grito ao Rocha Vieira para me fazer a ligação com ele através da rádio, assim conseguindo dar-lhe ordens para parar imediatamente a acção prevista. Como previra, ouço Eanes dizer-me "tarde de mais, já partiram...", peçolhe que tente a via rádio para lhes ordenar que regressem. Diz-me que não o poderia fazer, pois estava sem ligação rádio. Dou ordens ao Galamba de Castro (ironicamente, cunhado do Campos Andrada) para correr ao portão da Calçada da Ajuda, intercentar Jaime Neves e lhe transmitir a minha ordem para anular a ofensiva e regressar à Amadora. Galamba de Castro corre e consegue interceptar Jaime Neves, a quem transmite a ordem. Nesse momento, no entanto, começam os tiros mais acima, com a força dos Comandos que fizera a sua aproximação pelo Norte. E Jaime Neves grita ao Galamba de Castro "como vês, começou a borrasca, nada a fazer!" e avanca a caminho do RPM. Pelo telefone, Campos Andrada grita-me que está a ser atacado, agora que ia entregar-se. Digo-lhe que o responsável fora ele e os seus inúmeros plenários dessa noite. Em contacto simultâneo com Eanes, via rádio, peco-lhe que tente fazer parar Jaime Neves, que eu garanto a rendição da PM. E. sem eu perceber como (ainda hoje não compreendi este mistério...), Eanes consegue falar com Jaime Neves, a quem informa que eu obtivera já a rendição da PM, que conseguira que eles parassem o tiroteio, pelo que havia que cessar igualmente o fogo dos Comandos e terminar com o assalto. Dando ordens a Campos Andrada para fazer apresentar os seus homens na parada, mas desarmados, conseguimos parar o combate. O que, infelizmente, não impediu as três mortes já verificadas. E que tiveram, como primeira consequência, a prisão dos três oficiais da

O rescaldo do 25 de Novembro

Em circunstâncias diferentes, mas também bastante penosas, recordo a prisão de vários oficiais do COPCON, já no dia 27, em condições que ainda hoie me levantam fortes dúvidas. Recordo que, durante essa manhã, recebi a informação de que os Comandos estavam a cercar as instalações do COPCON, no Forte do Alto Duque, e que Eanes se preparava para prender Otelo e os oficiais que ali estavam com ele. Contactando imediatamente Fanes, perguntei-lhe o que se passava e contesto-o por ele estar a avançar com uma acção daquela envergadura e importância sem, previamente, ter obtido o meu consentimento, de acordo com o que ficara definido entre nós. Justifica-se, pela premência da situação resultante das informações fidedignas que dizia possuir, acrescentando que me ia contactar, precisamente naquele momento, quando eu lhe ligara. Ordeno-lhe que não faça nada sem eu chegar e combinámos encontrar-nos à entrada do Forte. Ali encontro Eanes que me informa que tivera informações de que um grupo de oficiais estava reunido com Otelo, a quem tentavam convencer a avançar com um contra-ataque, aproveitando a situação que ainda se vivia em Tancos, no Regimento de Pára-quedistas. Duvido e Eanes garante-me que a informação era A1 (os mais elevados graus de confiança para o informador e de credibilidade para a notícia). Lamentavelmente, só muito mais tarde venho a saber que o autor da informação era um oficial sem credibilidade, que comandava o forte, e que, de véspera, não entregara as guias de marcha de regresso às suas unidades aos oficiais agora ali presentes, tendo combinado com eles a entrega das mesmas na manhã desse dia 27... O facto é que, mesmo duvidando muito, não me senti com forca para evitar a prisão desses oficiais. Pacificamente, Eanes concordou com a não prisão de Otelo, a quem foi permitido separar os seus documentos e haveres pessoais, sem a mínima coacção. Consegui, no entanto, um compromisso com Eanes: a comissão de inquérito que iria ser nomeada teria como primeira missão o esclarecimento do envolvimento, ou não, desses oficiais, se, dentro de quinze dias, o seu efectivo e concreto comprometimento na tentativa de golpe não estivesse provado, eles seriam libertados, Passados esses dias, confrontei Eanes com a situação e, não havendo provas incriminatórias inequívocas daqueles oficiais, defendi a sua libertação imediata. Com a justificação das dificuldades nas averiguações e a existência de fortes indícios incriminatórios, o facto é que eles não foram libertados e só muito mais tarde deixariam a prisão. Com uma excepção, Corvacho, que como antigo comandante da Regiao Militar do

Norte não fora enviado para Custóias e estava preso na unidade de Artilharia de Cascais. Como essa unidade estava sob o meu comando, pude dar ordem de libertação a Corvacho, lamentando não o poder fazer, nem ter conseguido que outros o fizessem, em relação aos demais oficiais. E, assim, Corvacho deve-me uns meses a menos na prisão.

Reflevões actuais

Durante estes vinte anos, como é lógico e natural, algumas "novidades" sobre acontecimentos que me dizem respeito têm vindo a chegar ao meu conhecimento. Por essas e outras razões, muito me tenho questionado sobre o que aconteceu, sobre o que não aconteceu, mas esteve para acontecer, sobre os porquês, sobre os desígnios das pessoas, os seus interesses, os seus disfarces, as suas ambições.

Tenho algumas suspeitas e algumas dúvidas. Desde logo, quantos "25 de Novembro" existiram? Que ligações espúrias tinha o chamado "Grupo Militar", que compromissos e que consequências na evolução pós-25 de Novembro? Nomeadamente, quais as relações com o MDLP, qual a utilização abusiva do nome do Grupo dos Nove?... Contrariamente à decisão dos Nove, o Grupo Militar elaborou ou não um plano de operações ofensivo? Se sim, que havia de verdade nas acusações que os revolucionários então fizeram, quanto ao chamado "golpe dos coronéis"? E se sim, até que ponto a hipótese do lancamento de um golpe de direita esteve iminente? (... confirmar-se-ia assim a minha versão de que se os acontecimentos do 25 de Novembro se têm verificado em Janeiro ou Fevereiro, teriamos caído inevitavelmente numa situação de extrema-direita...).

Porque a distribuição de armas a civis, sob a responsabilidade do Posto de Comando da Amadora, e porque a sua ocultação perante mim, de quem esse Posto de Comando dependia directamente? Quantas traições então praticadas serão ainda do meu desconhecimento? Qual o papel de Otelo nos acontecimentos? O de quem perdeu a capacidade de comando e de controle e viu a situação a fugir-lhe por todos os lados, ou o que iustificaria a acusação do Diniz de Almeida, que o próprio Otelo assumiria alguns dias depois iunto de mim e do Marques Júnior, mas que mais tarde renegaria, dizendo tudo ter inventado para tentar defender os seus homens? De qualquer maneira, o papel de um aprendiz de feiticeiro que transformou o laboratório em cacos.

Enfim, um mar de dúvidas que só os investigadores poderão um dia esclarecer, mas que não me levam, contudo, a lamentar as decisões e atitudes que então assumi, Pessoalmente, poderia ter tido outro protagonismo público, mas estou certo de que tudo poderia ter sido diferente, para pior, se não tenho decidido ficar em Belém e jogar no campo político-militar. Local onde, em minha opinião, se decidiu o fundamental do 25 de Novembro. Que nos permitiu chegar à aprovação da Constituição da República e nos abriu definitivamente as portas à consolidação do Estado democrático e de direito.

E, por muitas dúvidas que continue a ter, de uma coisa tenho porém a certeza: não aconteceu o pior.

LANÇAMENTO DO LIVRO "DIÁRIO DA LIBERDADE"



No dia 30 de Outubro ocorreu na Biblioteca Municipal, palácio Galveias, o lançamento do Livro **Diário da Liberdade**, editado pela Editorial Notícias e de autoria de Aniceto Afonso, nosso Sócio fundador.

Presidiu à cerimónia o Presidente da república, Dr. Mário Soares, tomando assento na mesa a Dra. Wanda Freitas, directora da Biblioteca, em representação do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. o Presidente da Associação 25 de Abril, tenente-cornole Vasco Lourenço, o professor doutor João Medina, o editor, Dr. Baptista Lopes, o a utor do livro.

Introdução do Presidente da Associação 25 de abril

O presidente da Associação 25 de Abril referiu-se ao autor do livro como alguém que além de historiador foi desde o início um dos mais genuínos, desinteressados e activos militares de Abril, quer em Mocambieme, durante a conscitação e no

Moçambique, durante a conspiração e no inegável: a de que

processo de descolonização – independência, quer em Portugal, onde se empenhou activa e decisivamente na luta pela continuação e aprofundamento dos valores da liberdade, da democracia, da justiça social e da solidariedade. Atitude que manteve até aso dias de hoje e que, face, é triste evolução das Forças Armadas, o levaram, como a muitos outros a passar à situação de reserva ou de reforma.

Em seguida agradeceu à Editorial Notícias, na pessoa do seu editor, pela colaboração que deu na edição da obra.

Os agradecimentos também foram extensivos ao professor João Medina, à representante da Câmara Municipal de Lisboa e finalmente ao presidente da República, não só pelo alto cargo que desempenha, mas também porque o Dr. Mário Soares é ele próprio um dos simbolos da luta pela liberdade em Portugal.

O discurso do editor, Dr. Baptista Lopes

Para enquadrar o lancamento do livro, o editor comecou por apontar a apetência que se encontra no público ledor por obras de temática histórica e teorizando sobre o valor da História chamou a atenção para a enorme diversidade de facetas que a História pode assumir, mas uma conclusão, no

entanto, se impõe: em todos os casos a História reconduz-se ao homem. Em sentido estrito por ter o homem como agente, mas sempre porque só faz sentido por ser orientada para o homem, o que desde logo, introduz a adução de uma evidência inegável: a de que o homem é o centro da

História.

Referindo-se ao livro lançado disse que não era apenas mais um livro de História, ou um livro sobre a História. O Diário da Liberdade, ao seguir a par e passo datas e eventos dos dois últimos séculos da História de Portugal, na perspectiva da consecução da liberdade é um livro de

História que se situa no próprio coração da História.

Afirmou que era com legítimo orgulho que a Editorial Notícias via, no quadro dos seus editados o nome do Dr. Aniceto Afonso e que se sentia honrada apor a sua chancela ao lado da Associação 25 de Abril.

A oratória do professor Dr. João Medina

O professor doutor João Medina começou o seu discurso referindo-se a uma citação de Croce, "a História é a História da Liberdade" e a partir desta verdade teceu uma série de considerações sobre a luta pela sua obtenção através dos tempos não só no mundo, mas também em Portugal, para realgar a importância do livro publicado, quer devido ao seu valor historiográfico, quer pela contribuição que poderá ter na consciencialização dos valores da liberdade e da democracia, sobretudo entre a juventude, alvitrando que deveria ser



adquirido pelas autoridades para ser amplamente distribuído pelas escolas tendo em vista a ajuda que daria na educação cívica dos cidadãos.

Verificando que entre a assistência se encontrava o embaixador de Espanha, professor Raul Moroldo, combatente pela liberdade no seu país, lembrou esta honrosa presença e saudou-o.

Terminou a sua peça oratória com outra brilhante e propositada citação, desta vez do poeta Paul Éluard "nós nascemos para te conhecer / para dizer o teu nome Liberdade".

As considerações do autor do livro

A intenção do livro consistiu em pôr à disposição dos leitores um instrumento útil que foi precedido de uma breve reflexão sobre a qual o autor pôs alguns breves apontamentos.

(Continua na pág. seguinte)

O primeiro referia-se aos tempos da História, ondulações harmónicas de vária amplitude.

A primeira, curta, visível, quase palpável, constituída por acontecimentos que marcam o quotidiano de uma comunidade. Foi nessa primeira amplitude que assentou o **Diário** da Liberdade.

A segunda não se mede em dias, não poderia caber num diário ou numa cronologia. É o campo privilegiado da economia, onde as estatísticas, os gráficos, os quadros de tendência, os preços, os salários e toda a panóplia financeira impõem a sua presença.

A amplitude seguinte é a das gerações. Mede-se pelos comportamentos, pelas mentalidades, pelas resistências, pelas continuidades culturais e de pensamento, pelo modo de estar na vida.

A reflexão que o autor faz de seguida é a que se refere aos testemunhos históricos, pessoais.

Os depoimentos dos participantes da aventura comum que foi a luta pela liberdade são imprescindíveis para a elaboração do texto histórico.

No entanto, a investigação histórica não pode prescindir do que lhe é fundamental, o documento. Nada impede, porém, o historiador de ousar, de colocar hipóteses aliciantes, de ultrapassar a insuficiência dos instrumentos colocados à sua disposição.

Apelou o autor para que quem tenha

conhecimento ou visto os incidentes da História, os contem da maneira como os presenciaram, deixem as sínteses e as reflexões para os historiadores, porque estes precisam dos testemunhos de quem viveu a História.

As palavras do Dr. Mário Soares

Nos seus agradecimentos o presidente da República lembrou um acontecimento inédito referente ao embaixador de Espanha, presente neste acto, e que foi, o de além de ter sido um combatente pela liberdade no seu país, também foi solidário com os democratas portugueses que lhe deveram ajuda e protecção.

Concordou abertamente com o autor do livro incitando todos os que viveram os acontecimentos

relacionados com a luta pela liberdade, a excrevê-los e a publicá-los, dando conta dos seus testemunhos porque eles são essenciais para a apreciação do passado o que nos daria forças para lutar por um mundo melhor.

Também manifestou a sua concordância com a proposta do professor doutor João Medina no que se referia à obrigação das entidades oficiais adquirirem o livro e distribui-lo pelas escolas como texto de base para a Educação Cívica, disciplina que o presidente entende estar descurada e que ele considera como sendo de magna importância para a formação da juventude e que seria o alicerce da fundamentação das convições republicanas e democráticas.

Estas convicções radicam-se no conhecimento do passado de luta pela liberdade e este conhecimento tem a sua expressão no livro **Diário da Liberdade**.

Por estas razões felicitou o autor, assim como o editor por este serviço prestado à liberdade e à democracia.

Vinício de Sousa



SILVINO SILVERO DERECES MARCELLO CAETANO ANGOLA EO 25 DE ÁBRIL Cinas Padrimáns com Vivinima Servina.

"Marcello Caetano, Angola e o 25 de Abril"

A Editorial Inquérito ofereceu, à A25A, o livro de Silvino Silvério M a r q u e s , " M a r c e 1 l o Cactano, Angola e o 25 de Abril. Uma polémica com Veríssimo

Serrão'''

Trata-se da compilação de artigos de jornal, que entre Março de 1985 e Setembro de 1986 alimentaram uma polémica entre o autor e Verfissimo Serrão que, para além de alguns aspectos marginais que derraparam para o âmbito pessoal, incide fundamentalmente sobre dois pontos em tomo do presidente do Conselho de Ministros derrubado em 25 de Abril de 1974:

- Terá ele tido, ou não, conhecimento prévio do projecto do MFA e sido convidado e a ele aderir?
 - 2. Terá ou não preparado, com o então

governador-geral de Angola Santos e Castro, uma crise que desembocasse na declaração unilateral da independência, pela Assembleia Legislativa local?

O primeiro tema parece irrelevante, até porque Spínola e Costa Gomes, de quem supostamente teria partido o convite para Marcello Caetano dirigir o golpe de Estado militar, não eram os seus líderes e na direcção do MFA essa questão nunca se colocou.

O segundo tem sido ultimamente sujeito a debates reveladores do desnorte que sobre a questão colonial reinava nas hostes situacionistas antes do 25 de Abril

A polémica pouco adianta para esclarecer esta matéria. Mas o autor encern o livro com alguns documentos da autoria de terceiras pessoas que acrescentaram algum material interpretativo. Porém, quando da publicação do livro, havia já mais fontes disponiveis e que o autor ignora. Nomeadamente a reportagem do "Expresso" de José Pedro Castanheira de 26 Mar 1994, sobre as

negociações de Londres entre o enviado de Marcello e o PAÍGC, e as reportagens de "O Diabo" de João Menana Alves, de 23 Mai 1995 e o livro de Diogo Freitas do Amaral "O Antigo Regime e a Revolução".

A título de curiosidade, na troca de "gentilezas" que os polemistas vão trocando e progressivamente endurecendo, Veríssimo Serrão encerra um dos artigos com esta conclusão sobre o posicionamento político relativo de ambos: "A direita reaccionária (do general Silvério Marques) e a liberal (como a minha)" (pág. 57). Que alguns, como Veríssimo Serrão, que tanta gala faz da sua devoção e identidade com um regime político, apoiado nas arbitrariedades da PIDE/DGS, da censura, dos tribunais plenários, do partido único, das "eleições" fraudulentas, na ausência de liberdades políticas e de direitos cívicos e sindicais. possa considerar-se um "liberal", para usar a expressão que o próprio repete nos seus artigos, "vale o que vale".

DA HISTÓRIA BATALHA À HISTÓRIA MALDITA

A propósito do livro **Os Sargentos na História de Portugal** de autoria de Vaza Pinheiro



A História tradicional foi e ainda é uma descrição analfitica e minuciosa dos acontecimentos, acabando por se transformar num teatro de sombras chinesas que mascara o verdadeiro jogo histórico oculto, nas estruturas sociais e económicas que explicam e tornam inteligível a realidade.

A finalidade da ciência histórica contemporânea já não é a ingénua definição do historiador romântico Leopoldo von Ranke pretendendo relatar os acontecimentos do passado como eles na realidade se passaram. O que se pretende é compreender o porquê da vivência dos homens, ou seja o sentido da biografia colectiva da Humanidade.

O historiador contemporâneo não se limita a coleccionar factos e, utilizando o método da tesoura e cola, juntar o maior número possível de testemunhos sobre uma determinada matéria. Começa por engendrar uma hipótese, uma ideia, e a partir daf vaí demonstrá-la com auxílio não só dos

documentos depositados em arquivos poeirentos, mas também recorrendo aos métodos de todas as ciências que o podem auxiliar. Amans-Alexis Monteil chamou-lhe História batalha.

Foi o que fez Vaza Pinheiro no seu livro Os Sargentos na História de Portugal, saído recentemente do prelo e editado pela Editorial Notícias

Partindo do conceito operacional de sargento, como sendo a classe média da instituição militar, não obstante as confusões terminológica e etimológica que o termo tem tido, lança-se corajosamente na batalha para demonstrar, e com um certo brilho o consegue, ter este grupo social sofrido ao longo do tempo o embate da sobranceria e prepotência das élites e a incompreensão das camadas populares, as quais frequentemente aliviou dos sofrimentos que lhes poderiam ter sido proporcionados pelas classes dominantes.

Classe média, sem dúvida, e neste aspecto também este livro é pioneiro. Camada social de magna importância para a comprensão do todo social é desprezada pelos eruditos que sobre ela nada estudam, nem escrevem. Quando aparecerão os trabalhos sobre os professores primários, os pequenos funcionários públicos (os mangas de alpaca), os empregados de escritório e comércio que foram e ainda são os elementos estabilizadores do tecido social? A classe média é a grande esquecida da Historiografía e demais ciências sociais do nosso país.

Metodologicamente o autor segue uma via de investigação moderna, actual e que provoca arrepios aos historiadores tradicionais. Não se limita, direi mesmo mais, não se escraviza ao documento de arquivo. Procura artigos de jornal, panfletos, entrevistas pessoais e até mesmo a observação participante, método que tem grande êxito entre os antropólogos que o utilizam frequentemente.

Paul Valéry, escrevendo numa época de grande conflitualidade ideológica, pouco antes da segunda guerra (em Regards sur le monde actuel, publicado em 1931). afirmava que a História era o produto mais perigoso que o intelecto jamais tinha elaborado, porque faz sonhar, embriaga os povos, engendra falsas recordações e também porque na rapidez vertiginosa em que a nossa época as ideias passam e se contestam e na enorme profusão de factos que os meios de informação difundem, ficamos incapazes de formar uma representação homogénea do mundo, englobando todos os dados antigos, assim como os novos, obtidos pela experiência quotidiana.

Ciência maldita, portanto.

Assistimos no nosso país ao renascer dos velhos mitos que formaram a História oficial anteriormente ao 25 de Abril. A primeira acusação que os nostálgicos do fascismo fizeram foi a de que os "revolucionários" atentavam contra a História nacional que não passava de um amontoado de lendas e ideias feitas que servia para iustificar a ditadura exercida.

Vaza Pinheiro, mais uma vez corajosamente não se intimida e não obstante poder ser considerado por certos "espíritos bem pensantes" como fora de moda, faz uma boa análise da História de Portugal que é o pano de fundo do seu livro, tendo como suporte as lutas de classes que existiram na sociedade portuguesa.

Por este motivo é também para muita gente uma História maldita.

Encontramo-nos perante um bom livro.

A História não é uma ciência acabada, mas sim uma ciência em construção. A História dos sargentos em Portugal precisa e deve ser continuada e aprofundada, mas, graças a este livro já tem uma boa base de natrida.

PORTUGAL NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

Depois de termos recordado diversas figuras e factos que deram a Portugal pregavam em português. grande protagonismo nos tempos modernos, isto é, desde os séculos XV e XVI, pretendo agora abordar as circuntâncias da sua entrada na Época Contemporânea

Apesar do declínio verificado, não só pela dominação espanhola, mas também pela concorrência dos outros países e por limitações próprias, convém que recordemos a sua influência no Oriente, o que vamos fazer no que concerne à língua portuguesa.

O português tornou-se a partir do século XV. a primeira língua de expansão mundial, até ser substituída pelo francês no século XVIII, que por sua vez foi ultrapassada pela língua inglesa um século depois.

David Lopes na sua obra A Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII, citada por Malaca Casteleiro, refere a larga expansão da língua portuguesa ao longo das costas africanas e, depois, entre as populações ribeirinhas das costas do Oceano Índico e parte do Pacífico. Segundo ele, "antes que o francês se tornasse a língua mundial no séc. XVIII e o inglês no séc. XIX, o português foi a língua que desempenhou esse papel desde o século XVI."

Para atestá-lo, o autor dedica o 2.º capítulo da citada obra, a análise de diversas fontes estrangeiras onde se fala da língua portuguesa no Oriente, das quais destacamos as seguintes referências:

"1596 - Tratado de paz e comércio entre os holandeses e o governador de Bantam em língua portuguesa.

1600 - Mercador inglês, no Japão, levado à presença do soberano, faz-se compreender em português.

1602 a 1633 - Os holandeses levam nos seus navios, intérpretes para o português.

1613 - Muitos habitantes de uma das ilhas Comores falavam português.

1639 - 1687 - Em Batávia, fundada pelos holandeses, a língua portuguesa domina

1646 - 1656 - Os reis de Ceilão correspondiam-se em português com os holandeses

1689 - Em Sião, os padres franceses

1698 - 1704 - A Companhia Inglesa das Índias determinava que os ministros da religião aprendessem o português.

1711 - A língua portuguesa é uma espécie de língua frança em todos os portos da Índia.

Meados do século XVIII - Os holandeses proíbem o uso da língua portuguesa na cidade de Batávia."

Uma das limitações com que Portugal se defrontou ao longo dos séculos dos descobrimentos e da expansão, foi de natureza demográfica.

Com efeito dos portugueses chegaram a todos os continentes com escassos meios populacionais.

Não é corrente a divulgação dos números que lancem luz sobre o assunto. colocando na devida escala o esforço do povo português ao longo de vários séculos de expansão e contacto, com diversos povos. Os números aproximados, dos censos realizados na Metrópole segundo o Dicionário de História de Portugal, são os seguintes:

1527 - 1 100 000 a 1 400 000 habitantes

1580 - 1 080 000

1636 - 1 200 000

1732 - 2 143 368

1801 - 2 931 930

O aumento verificado no início do séc XIX. acompanha o do resto da Europa onde desde 1750 a população se elevou de 140 000 000 a 180 000 000.

No final do Antigo Regime, Portugal inseria-se no Sistema Internacional como placa giratória - ponto de passagem - de produtos que eram, na majoria, originários do Brasil (cerca de 60%), de produtos da Ásia e da África (10%) que se juntavam à produção da Metrópole (30%).

Tal situação manteve-se financeiramente equilibrada durante o ciclo do ouro do Brasil, que terminou na década de sessenta do séc XVIII.

Portugal é então uma potência de 2.ª ordem, cabendo à França a primazia.

Nesta época o grande comércio

internacional era principalmente marítimo, sendo já notória a desactualização dos navios portugueses face aos da França e Inglaterra, como refere Duarte Gomes Solis.

No final do séc XVIII, apesar do período das reformas pombalinas, o país debatia-se com os grandes problemas que o afligiam havia séculos; o fanatismo, a intolerância feroz, a ignorância generalizada, a superstição e por outro lado, a ostentação que atingira grandes proporções propagando-se das classes mais elevadas ao povo.

A Inquisição continuava a impor as trágicas exibições dos autos de fé, mas para Vitorino de Magalhães Godinho, esta perversão do espírito religioso enquadrava-se na subordinação da Igreja ao absolutismo do Estado, em que sob os efeitos dissolventes do ouro, o Estado, a nobreza e o alto-clero deram as mãos para impor a sua lei despótica.

Quebrada a velha mola da resistência organizada das classes populares - a burguesia, os mestres, os homens bons que outrora erguiam a sua voz nas Cortes, o absolutismo régio tornou-se um despotismo teocrático, que pesava com aparato sobre os súbditos.

Homens esclarecidos como D. Luis da Cunha, Luis António Verney, Ribeiro Sanches, Alexandre de Gusmão e o próprio Marquês de Pombal não conseguiram promover a mudança necessária no ensino e na cultura para que Portugal não ficasse à margem das grandes transformações em curso no Século das Luzes, cujos principais vectores foram a Revolução Industrial na Grã-Bretanha e a Revolução Política na Franca.

Ao entrar-se no Século XIX, Portugal sofre o choque das invasões francesas que coincide, em 1808, com a quebra do comércio do Brasil que, com o rei e a Corte no Rio de Janeiro, ganhou liberdade de escolha de relação com outros países.

As guerras napoleónicas marcaram a transição na Europa entre duas épocas, tendo as invasões francesas constituído para Portugal, na opinião de António José Telo, o início da Época Contemporânea.

Destas três invasões, a segunda foi especialmente violenta, e a terceira encontrou as forcas luso-britânicas preparadas, tendo para tal contribuído a

mobilização efectuada para os três escalões de tropas (l.º linha, milicias e ordenancas) que ultrapassou 250 000 homens, número nunca antes atingido.

A Revolução Francesa com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, cuio distintivo era: "Liberdade, Igualdade, Fraternidade": institui como princípio fundamental que "todos os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos".

Esta declaração, divulgada em França em milhares de panfletos, iria converterse no manifesto da Revolução Francesa, para o qual muitos na Europa se mostraram sensíveis.

Era uma grande ruptura com o Antigo Regime, pois o súbdito tornava-se cidadão

No nosso país, só em 1820, com a Revolução Liberal, ou melhor, com a Constituição de 1822, e que os princípios liberais ficam inscritos na lei.

A Inglaterra que antecipadamente sofrera grande renovação política, vem no século XVIII beneficiar da sua união com a Escócia que já se distinguia pelo espírito empreendedor alicercado desenvolvimento científico e tecnológico. que a aproximação da universidade às oficinas e às fábricas, dava crescente impulso. Acresce, a inteligente política colonial que adoptou na América do Norte

A Revolução Industrial será, assim, liderada pela Grã-Bretanha que, por esta via, ultrapassará a França tornando-se a principal potência mundial até meados do século XX.

Os países da Europa, com maior ou menor atraso, ao longo do século XIX irão absorvendo as potencialidades proporcionadas pela Revolução Industrial. ao mesmo tempo que as suas populações emancipadas, se vão batendo pela efectivação dos seus direitos e anseios.

Desenha-se um quadro de grande dinamismo e competição que passou por diversas fases, desde o aumento de rivalidades europeias, extra-europeias, com a unificação alemã e italiana, a corrida a África e outras áreas do mundo. a época dos vários Impérios que desembocou na Lª Guerra Mundial.

Será interessante, reflectir sobre o modo como Portugal percorreu estes dois séculos de grande competição e de cobica das suas colónias por parte das grandes potências, em que o atraso escolar, científico e tecnológico lhe trouxe múltiplas dificuldades que ainda não foram superadas.

No que respeita aos direitos e liberdades de cidadania, também o caminho percorrido não foi fácil, sendo pelo contrário um percurso com várias inflexões e interrupções, de que nos dá excelente mostra a recente obra da Editorial Notícias intitulada Diário da Liberdade a cujo autor, Tenente Coronel Aniceto Afonso, manifesto vivo apreco, admiração e amizade.

Por agora, despeço-me dos leitores desta rubrica.

Bibliografia:

Aniceto Afonso, Diário da Liberdade, Lisboa Editorial Notícias 1995

T. S. Ashton, A Revolução Industrial, Lisboa, Publicações Europa-América, 1995

João Malaca Casteleiro, "A Língua Portuguesa no Oriente do século XVI à actualidade", in Portugal e o Oriente. Ciclo de Conferências, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.

Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais s.d.

Vitorino de Magalhães Godinho, A Estrutura na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime, Lisboa, Arcádia, 1971.

Paul Hazard, O pensamento europeu do século XVIII. Lisboa, Editorial Presenca 1989

E. J. Hobsbawn, A Era do Capital, Lisboa, Editoral Presença, 1988.

António José Telo, Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa, Lisboa, Cosmos, 1991.

J. Tulard. História da Revolução Francesa, 1.º e 2.º Vols., Lisboa, Livros do Brasil, 1989.

Barbosa Pereira

DELEGAÇÃO NORTE VIDA ASSOCIATIVA

CONVÍVIO

No passado dia 25 de Novembro de 1995 realizou esta Delegação um passeio de autocarro para sócios, apoiantes e simpatizantes, que partindo do Porto, visitou Ponte de Lima, Valenca e Vila Nova de Cerveira,

Foi um momento de confraternização e que ajudou a solidificar os laços de amizade entre as pessoas e que vai com certeza ter continuidade para outros destinos num futuro próximo.

ELEIÇÕES PARA OS CORPOS GERENTES DA DELEGAÇÃO

Terá lugar em 27 de Janeiro próximo a Assembleia Regional Ordinária da Delegação desta A25A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Leitura e aprovação da acta da Assembleia Anterior;
- 2. Informações diversas a cargo da Direcção cessante;
- 3. Leitura e aprovação do Relatório da Direcção cessante;
- 4. Eleições dos Corpos Gerentes da Delegação para o próximo biénio (1996/1997).

O local e a hora serão oportunamente divulgados por carta aos associados

CONVITES FEITOS À A25A

A ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL Colóquio "O comentário político na comunicaçãao social"	5/12/95	Debate e partilha de experiências sobre a formação e o par desempenhado pelos Animadores Sociais em Cabo Verde Associações e Comunidades africanas em Portugal	
. con mod To vil grovi i pe el elgôga gravo i glo	3/12/93	Associações e Comunidades africanas em Portugai	29/11/9:
A COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES/FUNDAÇÃO		COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA	27111/2
CALOUSTE GULBENKIAN		Estreia da peça "Restos" de Josef Szagna	
Inauguração da exposição O VOTO – Uma arma do povo		Estreia da peça Resios de Josef Szagna	23-24-25/11/9:
	30/11/95	Estreia da peça "Filópopoles" de Virgilio Martinho	23-24-23/11/9.
ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS DAS		Estrela da peça Enopopoles de Virgino Martillio	28-29-30/9/9:
FORCAS ARMADAS - AOFA		COMUNA TEATRO DE PESOUISA	26-29-30/9/9.
Debate sobre "Apreciação do mérito dos militares"			
Debute soore riprectação do memo dos minutes	29/11/95	Estreia do espectáculo "Aqui"	7.00110
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS	29/11/95	animone all ores is not me in its posses	7-8/11/9
		CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES	
SOBRE AS MULHERES / EDIÇÕES AFRONTAMENTO		PORTUGUESES - CGTP-IN	
Colóquio/Debate "Histórias de Mulheres"		Festa dos 25 anos da C.G.T.P.	
	9/10/95		20/10/9
+ COOCH O TO PORTHOUSES + DE TER + DI + DO		Debate "CGTP-IN 25 anos com os trabalhadores"	
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TERAPIA DO			25/10/9
COMPORTAMENTO		Debate "O serviço público de rádio e televisão"	
I Encontro sobre "O Stress traumático"			29/11/93
25-20	5-27/10/95	DIRECÇÃO DO CLUBE MILITAR NAVAL	
		Porto de Honra	
ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA -ASPP		Tono de Homa	14/11/9:
Jantar/debate de solidariedade		PURPOSÃO NASTONAL DA ASSOCIAÇÃO DE COM	
	19/10/95	DIRECÇÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE COM.	ANDOS
ATENEU COMERCIAL DO PORTO		Colóquio 20.º Aniversário do 25 Novembro de 1975	
Sessão de lançamento da obra "A Tirania Portuguesa"			15-21-23/11/9:
de Humberto Delgado		EDITORIAL MOURA PINTO	
de Hamberto Dergado	14/11/95	Lançamento do livro de Carlos Teixeira	
CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA	14/11/00	"Uma árvore como se fosse poesia"	
			2/12/9:
Inauguração do salão de Medalha Contemporânea/		FUNDAÇÃO PORTUGUESA "A COMUNIDADE CON	TDA A CIDA"
/Encontro da medalha Contemporânea Amadora 95		Gala do dia Mundial da Sida	TKA A SIDA
	10/11/95	Gaia do dia Mundiai da Sida	1/12/9:
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA		CALEBIA DE ADME CADIMEI	1/12/9:
Dia Mundial da Erradiação da Pobreza		GALERIA DE ARTE CAPITEL	
	17/ 10/95	Exposição para a juda da CERCILEI	2/10/0
Palestra-Homenagem a Luís Pasteurs -As Descobertas		T	2/10/9:
Químicas pelo Professor Doutor L.N. Ferraz de Oliveira		Inauguração da exposição de Luís Aniceto	1.1110101
Quinicas pelo Frotessor Doutor E.iv. Ferraz de Oriveira	20/ 10/95		14/10/9:
1	20/ 10/22	Inauguração da exposição de Guilherme Correia	110 00001020
Apresentação do livro "A segunda Guerra Mundial			4/11/95
da Dra. Maria Teresa Sampaio		Inauguração da exposição de Vasco San-Payo	
Little and the second s	26/10/95		25/11/95
CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA		MOVIMENTO ANTI-RACISTA	
Exposição de pintura de Carmen Pichel "A lição dos Objectos"		Lançamento do livro de BD "Vida de Preto"	
	7/10/95		24/11/95
Exposição colectiva de margarida Neto, Beatriz Sousa e		TEATRO DA CORNUCÓPIA	
Filomena Serra – "Side by Side"		Recital René Char	
I nomena seria – side by side	11/11/95		24/11/95
		Sessao de leitura de textos de Jean Genet	
CENTRO DOCUMENTAÇÃO AMILCAR CABRAL - CIDAC		Espectáculo Splendid s de Jean Genet/ 1948	
Lancamento do livro "O Potencial das Organizações Não Govern		angertain aparties our real delice 1740	30/11/95
Portuguesas de Desenvolvimento" de Mário Ribeiro		TRICONTINENTAL EDITORA LDA	
i ortuguesas de Descrivorvinieno de Mario Riberto	30/10/95	Cerimónia de apresentação Académica do "Relatório do E	esenvolvimento
Annual to Endowning to the comment of the Color	50/10/95	Humano" do PNUD de 1995.	escur or villionto
Apresentação de projectos de cooperação com Cabo Verde	14/11/05	Humano do i ivoto de 1993.	29/11/95
	14/11/95	DUDLICA CÕES D. OLUVOTE	29/11/93
Sessão debate acerca da formção e do papel desempenhado		PUBLICAÇÕES D. QUIXOTE	
pelos Animadores Sociais em Cabo Verde		Lançamento do livro "A tirania portuguesa" de Humberto	
	15/11/95		12/10/95

ASSOCIADOS FALECIDOS

Fernando Homero Cardoso Figueira Sócio fundador n.º 659 Herculano de Matos

Sócio fundador n.º 1512 Manuel da Saúde Caldeira

Sócio efectivo n.º 1761 José Mendes Faustino

Sócio efectivo n.º 2500

A todos os seus familiares, as nossas sinceras e profundas condolências.

OFERTAS À A25A

LIVROS:

No cego / Visitas do meu quintal — Oferta da Editorial Notícias O Potencial das Organizações Não Governamentais

Portuguesas de Desenvolvimento - Oferta do CIDAC

Casa Pia Atlético Clube - Meio século de desporto entre sonhos e tormentas - Oferta do autor e sócio Viriato Camilo

Uma Árvore como se fosse Poesia - Oferta do autor e sócio Carlos Maia Teixeira

BROCHURAS:

"A segunda Guerra Mundial - recolha de dados e síntese por Maria Teresa Sampaio
"O 25 de Abril nas Escolas de Lisboa" – Ofertas do vereador da C.M. Lisboa António Abreu

VAMOS APRENDER BRIDGE! (30)

Ao longo dos nossos artigos temos abordado diversos capítulos (aberturas, respostas ás aberturas, intervenções, respostas ás intervenções, etc.) em que a atitude dos adversários, ou pelo menos de um deles, é manifestamente passiva.

É a situação didacticamente mais cómoda mas, convenhamos, não é a mais realista. Longe vão os tempos em que à mesa de bridge se assistiam a leilões do tipo:

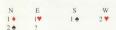


N E S W PASSO 1♥ PASSO IST PASSO PASSO PASSO

Cada vez mais se tem vindo a substituir a "passividade" dos jogadores, perante leilões que indiciam uma repartição equilibrada de pontos pelas duas linhas, por uma "agressividade" competitiva, fazendo transferir para as calendas a aceitação duma marcação na linha adversária, sem interferência da nossa linha, quando os PH existentes em cada linha são muito semelhantes.

LEILŌES COMPETITIVOS - LEI DAS VASAS TOTAIS (LVT)

Um dos problemas mais delicados que se colocam a um jogador, será o ter de decidir rápida e eficazmente, em situações de leilão como este:



E agora? O jogador sentado em E deverá:

- Passar?
- Anunciar 3 ♥ ?
- Dobrar o contrato de 2 ♠ ?

De que "instrumento" se deverá socorrer para que a decisão seja a mais adequada?

Será a intuição o argumento de maior peso na solução do "trilema"?

Veremos que existe um factor fundamental que deverá influenciar a decisão e que se relaciona com o número de trunfos (♥ e ♠) existentes em cada uma das linhas.

Analisemos esta mão completa:



Considerando que quer os carteadores quer os flanqueadores executam as suas tarefas com proficiência, verificamos que se N/S ganhar o leilão irá jogar com o trunfo ♠ e fará & vasas, dispondo em linha de 8 cartas de espadas.

Mas se for E/W a jogar em ◆, obviamente, onde possui <u>9 cartas</u> em linha, irá fazer <u>9 vasas</u>.

Podemos dizer que nesta mão existem 17 vasas totais (se considerarmos a soma das vasas disponíveis em cada uma das linhas), que, curiosamente, é o mesmo número que a soma dos trunfos das duas linhas (8 * +9 * 9*).

Simples coincidência esta a de o número de vasas totais ser igual ao número de trunfos existentes?

Sabemos hoje que tal facto não resulta de uma mera coincidência e que tal constatação se transformou num instrumento indispensável para os praticantes do bridge de competição e que podemos enunciar da seguinte forma:

O NÚMERO DE VASAS EXISTENTES NUMA MÃO COMPLETA É IGUAL AO TOTAL DE TRUNFOS EXISTENTES NAS 2 LINHAS.

É esta LEI DAS VASAS TOTAIS que veio dizer que afinal o número de trunfos existente na linha é o factor mais importante para se decidir até que nível se poderá, melhor, deverá ir, em leilões competitivos.

Uma análise exaustiva permitiu concluir que a LVT se comporta com mais precisão

no intervalo de valores em Pontos de Honra (PH), existentes na linha, de 17 a 23 PH.

É óbvio que esta lei apresenta desvios decorrentes da localização de determinadas cartas (na passagem ou fora da passagem), mas que esses desvios nunca a põem em causa.

Basta lembrarmo-nos que se uma linha fizer mais uma vasa é porque a outra fazia, obviamente, menos uma, em nada afectando o número total de vasas existentes nas duas linhas.

Outro desvio resulta de más distribuições, mas convém lembrar que, também neste caso, más distribuições para uma linha são boas distribuições para a linha contrária, pelo que o número total de vasas permanece uma constante.

Da LVT foram deduzidos dois corolários que na prática constituem elementos preciosos na utilização diária do bridgista:

REGRA DOS 16

Nunca competir ao nível 3 com 16 trunfos existentes nas duas linhas.

REGRA DOS 18

Competir **sempre** até ao nível 3 se houver 18 trunfos nas 2 linhas.

Para além de tudo o que dissemos, o mais importante e que convém reter, é que o nível em que poderemos competir está relacionado com o número de trunfos existentes na nossa linha e não propriamente com a força em PH.

Com 8 trunfos podemos ir até ao nível 2; com 9 trunfos até ao nível 3 e assim sucessivamente, desde que em linha existam entre 17 e 23 PH.

A percepção correcta do número de trunfos existentes na nossa e na linha adversária resulta duma interpretação cuidada do leilão e do conhecimento do sistema de marcação do nosso parceiro (às vezes é diffcil!) e do utilizado pelos adversários.

É a prática, como em tudo na vida que nos irá, progressivamente, permitir automatizar procedimentos que, de início parecem complicados pela novidade e não tanto pela complexidade.

> Desejo-vos um BOM NATAL Até ao próximo número Luis Galvão

SEDE

A nossa insistência vem dando frutos.

Foi finalmente assinado, no passado mês de Agosto, um protocolo entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Associação 25 de Abril. Nele constando a cedência à A25A, a título precário e gratuito, por um período de 50 anos, do uso e fruição do "Edificio Época" (Rua da Misericórdia, em Lisboa) para a instalação da sua sede. Nesse protocolo é também concedido um subsídio de 120.000 contos, para a adaptação do referido edificio.

Neste momento, não podemos deixar de agradecer publicamente ao governo cessante, e em especial ao seu Secretário de estado da Cultura, Dr. Manuel Frexes, o gesto que poderá contribuir decisivamente para a consolidação da Associação 25 de Abril. Nomeadamente, porque outros, que em princípio estariam mais vocacionados para nos apoiar, não têm ido além de declarações mais ou menos simpáticas e, porventura por algum inexplicável "complexo de esquerda", nos têm virado as costas, quando é preciso concretizar em actos as "boas intenções".

Esperamos, sinceramente, que no futuro esse tipo de situações se não repita e que o actual governo, claramente posicionado no espaço de Abril, saiba ter para com os militares de Abril e a sua associação um comportamento digno e a que nos julgamos com total direito. Como igualmente esperamos, agora que voltaremos a ter a nossa sede na capital, um apoio mais consistente por parte da Câmara Municipal de Lisboa do que aquele que nos tem sido concedido.

Como era natural intensificámos os nossos esforços na área do projecto de arquitectura (Arq.¹™ Siza Vieira e Falcão de Campos) e engenharia (STA Segadães Tavares & Associados) das obras a efectuar. Temos um novo desafio à nossa frente. É indispensável avançar rapidamente. Vamos instalar-nos na nova sede a tempo de aí comemorarmos o 23.º aniversário do 25 de Abril. O sonho continua a comandar-nos? Talvez sim, talvez não. Confiemos num acordar agradável...

ASSEMBLEIA GERAL DIA 13 JANEIRO 96

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Interno convoco a Assembleia Geral da Associação 25 de Abril para se reunir em sessão ordinária, no Hotel Roma – Sala Milão, sita na Av. de Roma 33 em Lisboa, no dia 13 de Janeiro de 1996 pelas 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Leitura e aprovação da acta da Assembleia Geral anterior.
- 2. Ratificação da admissão de sócios e apoiantes.
- Discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção e respectivo parecer do Conselho Fiscal.
- Apreciação e votação da proposta de exoneração compulsiva de sócios, nos termos, dos arts. 25.º e 26.º do Regulamento Interno.
- Apreciação da actualidade da A25A. Contributos para acção futura.
- 6. Constituição da Assembleia Geral em Corpo Eleitoral para Eleições dos Corpos Gerentes nos termos do Art. 7.º dos Estatutos para o biénio de 1996/1998.
 - a) Votação
 - b) Escrutínio
- c) Marcação da data de posse dos novos Corpos Gerentes.

Sede da Associação 25 de Abril em Linda-a-Velha aos 13 de Dezembro de 1995.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CARLOS ALBERTO IDÃES SOARES FABIÃO

APELO

Mais uma Assembleia Geral para a qual se apela à participação de um número elevado de sócios.

Um outro aspecto importa ter presente: o n.º 4 da ordem de trabalhos apenas poderá ser discutido e decidido se estiverem presentes mais de 100 sócios efectivos.

Contamos com a vossa presença. Compareçam. Participem.